

AVISO

Processo nº 40/ 02-03 (2015)

Bibliografia ou Legislação de Consulta para as Provas de Conhecimentos Escritas

Conforme o ponto 10.1.1. do **Aviso de Abertura n.º 9081/2015 publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 159, de 17 de agosto de 2015**, em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145 -A/2011, de 6 de abril, **a bibliografia ou a legislação necessária à preparação dos temas indicados no ponto anterior, será divulgada até 30 dias, contados continuamente, antes da realização da prova de conhecimentos**, através de publicação na página da Internet do Município de Peniche (www.cm-peniche.pt) e afixada em local visível e público das suas instalações.

Assim, torna-se pública, a Legislação Geral e Específica e Bibliografia necessárias à preparação para as **Prova de Conhecimentos Escritas** em causa, de realização individual, com consulta da legislação, a qual não poderá conter qualquer anotação, tendo a duração de 1 hora e 30 minutos (a que acrescem trinta minutos de tolerância) e a garantia do anonimato dos candidatos para efeitos da sua correção.

LEGISLAÇÃO GERAL: (PARA AS REFERÊNCIAS A, B E C)

- ❖ Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro - Estatuto dos Eleitos Locais, alterada pela Lei 536-F/2006, de 29/12;
- ❖ Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pela Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo, e pelo DL n.º 04/2015 de 07/01;
- ❖ Lei n.º 27/96, de 1 de agosto - Lei da Tutela Administrativa, alterada pela Lei n.º 01/2011 de 30/11;
- ❖ Lei n.º 98/97, de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, alterada pela Lei 20/2015 de 09/03;
- ❖ Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL, alterado pela Lei n.º 60 – A/2005 de 30/12;
- ❖ Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março - Medidas de Modernização Administrativa, alterado pelo DL n.º 73/2014 de 13/05;
- ❖ Lei n.º 159/99, de 14 de setembro - Estabelece o Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais (Revogada pela Lei n.º 75/2013 de 12/09);
- ❖ Lei n.º 75/2013 de 12/09);
- ❖ Constituição da República Portuguesa, com a redação dada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto;
- ❖ Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e respetivas alterações - Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, alterada pela Lei n.º 117/2009 de 29/12;
- ❖ Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais, alterada pela Lei n.º 132/2015 de 04/09;
- ❖ Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto - Lei de acesso aos Documentos Administrativos;

- ❖ Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas;
- ❖ Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril - Código da Contratação Pública;
- ❖ Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - Estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e das Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06;
- ❖ Decreto-Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro - Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06;
- ❖ Lei n.º 59/2008, de 11 setembro - Aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06;
- ❖ Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março - Regime Jurídico do Saneamento Financeiro e do Reequilíbrio Financeiro Municipal, alterada pela Lei n.º 132/2015 de 04/09;
- ❖ Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho - Estabelece os níveis da Tabela Remuneratória Única correspondente às posições remuneratórias das carreiras e categorias gerais;
- ❖ Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro - Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, retificado pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014 de 19 de agosto;
- ❖ Despacho nº 16633/2012 de 31 de dezembro de 2012 – Alteração ao Regulamento dos Serviços da CMP;
- ❖ Despacho nº 16634/2012 de 31 de dezembro de 2012 – Regulamento dos Serviços da CMP;
- ❖ Lei 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, alterada pela Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto; Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro; Lei 84/2015, de 07 de agosto;
- ❖ Lei nº 82 – B/ 2014 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015).

LEGISLAÇÃO ESPECIFICA E BIBLIOGRAFIA (REF. A):

LEGISLAÇÃO ESPECIFICA:

- ❖ Código Civil;
- ❖ Lei n.º 36/1998, de 24 de julho (estabelece os princípios gerais da política de saúde mental), na sua atual redação, alterada pela Lei n.º 101/99 de 26/07;
- ❖ Decreto-Lei n.º 35/99, de 5 de fevereiro (estabelece os princípios orientadores da organização, gestão e avaliação dos serviços de psiquiatria e saúde mental), na sua atual redação, alterado pelo DL n.º 304/2009 de 22/10;
- ❖ Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro (Lei dos Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental), na sua atual redação, alterado pelo DL n.º 22/2011 de 10/02;
- ❖ Lei 38/2004, de 18 de agosto (define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência), na sua atual redação;
- ❖ Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro (estabelece a Lei de proteção de crianças e jovens em perigo), na sua atual redação, alterada pela Lei n.º 31/2003 de 22/08;
- ❖ Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto (Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro) na sua redação atual;

- ❖ Lei n.º 79/2014 de 19 de dezembro (Revê o regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil e procedendo à alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, à alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, e à alteração ao Decreto -Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto), na sua redação atual;
- ❖ Lei n.º 80/2014 de 19 de dezembro (Estabelece o regime de renda condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional) na sua atual redação;
- ❖ Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro (estabelece o novo regime de arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio);
- ❖ Decreto – Lei n.º 166/93, de 7 de maio) na sua atual redação;
- ❖ Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16 de junho (estabelece regras para verificação da condição de recursos), alterado pela Lei n.º 15/2011 de 03/05 e pelos DL n.º 113/2011 de 29/11 e DL n.º 133/2012, de 27/06;
- ❖ Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho (estabelece os princípios, finalidades e objetivos da Rede Social, bom como, a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos) na sua atual redação;
- ❖ Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social de Peniche, aprovado em 17 de julho de 2007 (estabelece os princípios, finalidades e objetivos do Conselho Local de Ação Social de Peniche, bem como, a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos).

BIBLIOGRAFIA ESPECIFICA:

- ❖ Alves, Fátima (2006), Ação Social na Área da Saúde Mental. Editor: Universidade Aberta.
- ❖ Basto, M. E. et al (1995). Animação Comunitária. Lisboa: Edições ASA.
- ❖ Callejas, Germán Vargas, & Pereira, Orlando Manuel de Freitas (2008), Educação e Desenvolvimento Comunitário Local - Perspetivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. Editor: Profedições.
- ❖ Carmo, Hermano (2007), Desenvolvimento Comunitário (2ª Edição), Lisboa: Universidade Aberta.
- ❖ Carneiro, M. A. (1985). Educação Comunitária: Faces e Formas. Petrópolis: Vozes.
- ❖ Diéguez, A. et al (2000). La intervencion Comunitária: Experiências e Reflexiones. Buenos Aires: Espacio Editorial.
- ❖ Maria, S. (2008). Empowerment e coligações comunitárias. In S. F. Carvalhosa & J. Ornelas.
- ❖ Matos, Margarida Gaspar & Carvalhosa, Susana Fonseca (2000), Desenvolvimento de Competências de Vida na Prevenção do Desajustamento Social. Promoção de Competências de Relacionamento Interpessoal nos Jovens. Lisboa: Instituto de Reinserção Social – Ministério da Justiça.
- ❖ Menezes, Isabel (2010), Intervenção Comunitária - Uma Perspetiva Psicológica. Editor: Legis Editora.
- ❖ Moreira, Paulo & Melo, Ana & Pires, Célia & Crusellas, Lorena & Adriana Lima (2006), Saúde Mental - Do tratamento à prevenção. Editor: Porto Editora.
- ❖ Núncio, Maria José (2013), Políticas de Família e Intervenção Social com Famílias, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- ❖ Ornelas J & Maria S. (2002), III Conferencia, Participação, Empowerment e Liderança Comunitária. Edições Ispa.

- ❖ Robertis, Cristina (2011), Metodologia da Intervenção em Trabalho Social. Coleção: Educação e Trabalho Social: Porto Editora.
- ❖ Sousa, Liliana & Grilo, Patrícia & Rodrigues, Sofia & Hespanha, Pedro (2007), Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social. Editor: Climepsi Editores.

LEGISLAÇÃO ESPECIFICA (REF. B):

- ❖ Legislação Europeia e Nacional referente ao Sistema de Metrologia Legal
- ❖ Norma 45 501
- ❖ RI/111 OIML
- ❖ RI/76 OIML
- ❖ Guias WELMEC

LEGISLAÇÃO ESPECIFICA (REF. C):

- ❖ Plano Diretor Municipal (PDM);
- ❖ Regime jurídico de urbanização e da edificação (RJUE);
- ❖ Código do procedimento administrativo (CPA);
- ❖ Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU);
- ❖ Regime do exercício de atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”;
- ❖ Regulamento Municipal de Publicidade e de Ocupação do Espaço Público.

Peniche, 23 de outubro de 2015

Os Presidentes de Júri,

Dr.ª Jossélene Cristina Oliveira Nunes Teodoro (Ref. A e B)

Arq. José Alberto Ribeiro Gonçalves (Ref. C)